

AFROS & AMAZÔNICOS



A CATEGORIA “PIAÇABEIRO INDEPENDENTE” COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA AO SISTEMA DE AVIAMENTO EM BARCELOS-AM

The category of “Independent Piaçabeiro” as a Resistance Strategy to the Aviamento System in Barcelos-AM

*Elieyd Sousa de Menezes**

Resumo: As mobilizações recentes elencadas por denúncias concernentes ao trabalho escravo em unidades de produção designadas de piaçabais em Barcelos-AM desencadearam um processo de judicialização e uma série de atos de Estado. Os trabalhadores extrativistas dos piaçabais se autodefinem como piaçabeiros e estão subordinados aos comerciantes denominados de patrões. A relação entre estes dois agentes é baseada em um sistema de trocas desiguais que se caracteriza pelo adiantamento de mercadorias a crédito, conhecido como “aviamento”, que imobiliza o piaçabeiro pela dívida, pelas condições degradantes de trabalho, pelas jornadas exaustivas e pela restrição no direito de se deslocar. Para além de uma dívida econômica imposta a esses trabalhadores, existe também a moralidade da dívida, da qual a honra, a culpa e os estigmas atuam como instrumentos de dominação. Os mecanismos de resistências e de enfrentamento que os piaçabeiros acionam, tais como a burla no peso da produção, as denúncias, o cultivo das roças, a desconsideração dos estigmas e a participação em unidades associativas, são utilizados quando estes agentes percebem sua situação de imobilização da força de trabalho. Essa consciência leva ao enfrentamento de séculos dessa imobilização e tem sido vista com as experiências do chamado “piaçabeiro independente” que vem aos poucos eliminando a mediação do patrão nas atividades extrativistas de piaçaba.

Palavras-chave: Piaçabeiro; Aviamento; Resistência; Populações tradicionais.

Introdução¹

As dinâmicas sociais ocasionadas a partir do processo de judicialização nas relações de trabalho e econômicas no extrativismo da piaçaba em Barcelos-AM são perceptíveis nos últimos tempos, tais como a reorganização de unidades associativas, a presença do Estado mediando determinadas relações econômicas e organizativas, o uso do território sem a presença dos *patrões* que se intitulavam “donos”, com a arrecadação da gleba no município que abrange os *piaçabais*, que são locais na floresta com incidência das palmeiras de piaçaba, fibras utilizadas na confecção de vassouras e artesanatos.

* Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

1. Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada durante a XIII RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul.

Meira (1993), Peres (2006), Reis (2007), Albuquerque (2011), Menezes (2014) refletiram sobre o trabalho extrativista na piaçaba na região do médio e alto rio Negro, com distintos enfoques, e constataram a situação de exploração da qual os trabalhadores extrativistas dessas fibras, autodefinidos *piaçabeiros*, estão submetidos.

O sistema que rege essas relações de trabalho é conhecido historicamente na Amazônia como *sistema de aviamento*, baseado no adiantamento de mercadorias a crédito. É um sistema de trocas que persiste em uma relação social hierarquizada entre os agentes sociais. Isso porque os trabalhadores extrativistas são subordinados aos chamados *patrões*, que são comerciantes locais dessas fibras neste município.

Tal subordinação se dá, sobretudo, a partir da dívida instaurada e anotada em



um caderno de contas. O *patrão* fornece as mercadorias para os *piaçabeiros* extraírem a piaçaba na floresta, na unidade de produção designada de “piaçabal”, assim a dívida já se instaurou. Para quitá-la há um caminho longo, na medida em que os altos preços das mercadorias inviabilizam o saldo.

A dívida, nessa relação extrativista, se configurava enquanto um elemento da repressão da força de trabalho, da qual um *piaçabeiro* fica preso ao *patrão*.

Apesar disso, nos últimos sete anos, mudanças no cenário político em Barcelos-AM estão relacionadas, sobretudo, ao fato de os *piaçabeiros* começarem a acionar suas identidades étnicas, politizando tal categoria para chamar atenção às situações de repressão.

Ao não pagarem a dívida, procedendo ao chamado “calote”, ao denunciarem à Câmara municipal de Barcelos e ao Ministério Público Federal em 2013, estes agentes estão mudando um cenário de repressão da força de trabalho referido à extração das fibras de piaçaba que vigorou por séculos, já que desde o período colonial, com a extração das drogas do sertão, a força de trabalho compulsória dos povos indígenas era utilizada para a manutenção econômica e política do Estado e das elites locais.

A partir da instauração do inquérito civil em 2013 pelo Ministério Público Federal para apurar denúncias sobre o trabalho análogo à escravidão no extrativismo da piaçaba, ocorreu uma operação conjunta entre o Ministério Público Federal (MPF/AM), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Polícia Federal (PF) em maio 2014 com o objetivo de apurar as denúncias recebidas no MPF/AM e assim se iniciou um processo de judicialização.

Como resultado dessa operação, foram encontrados 13 *piaçabeiros* em condições consideradas degradantes e jornadas exaustivas. O comerciante neste sistema de aviamento está respondendo às acusa-

ções de redução à condição análoga à de escravo, previsto no artigo 149 do Código Penal, de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, constante do artigo 203 do mesmo código, e de falsificação de documento público, relativo ao artigo 297 do Código Penal.

Hoje, a partir dessa operação, alguns *patrões* deixaram de trabalhar com as fibras de piaçaba, e alguns *piaçabeiros* deixaram de ir à unidade de produção por não terem recursos para tanto.

Com isso, novas configurações estão surgindo nas relações extrativistas da piaçaba em Barcelos-AM. O sistema de aviamento é algo presente e forte na região do médio e alto rio Negro, inclusive nas próprias relações internas de unidades associativas (associações e cooperativas).

Existem, entretanto, situações das quais os *piaçabeiros* conseguiram sair da imobilização pela dívida, ou seja, obtiveram êxito na eliminação da mediação do *patrão* e conseguiram extrair as fibras e vender para quem pagasse melhor. É o chamado “piaçabeiro independente”.

Estratégias de enfrentamento e as formas de resistências acionadas pelos “piaçabeiros” frente à imobilização da força de trabalho

Como apontado em outro momento (MENEZES, 2014) os *piaçabeiros* encontram formas de resistir frente à imobilização da força de trabalho. Essas formas estão tanto no plano físico, como no plano simbólico. Por exemplo, molhar as fibras para estas pesarem mais na balança; quando os *piaçabeiros* vendem a sua produção para outros comerciantes que não aquele que lhe aviou; e até mesmo não pagar a dívida, procedendo ao que os agentes sociais da pesquisa conhecem por “calote”.

Reclamar, xingar e expor descontentamentos na relação com o *patrão* é outro modo de cotidianamente resistir, apesar de não trazer um efeito imediato, como diminuir a dívida, essa é uma forma para tratar do assunto.



Obtive poucos relatos de embate físico entre *piaçabeiros* e *patrões*, mas quando isso aconteceu, armas brancas como terçados foram utilizadas, e o motivo foi porque o *piaçabeiro* reclamou com o *patrão* sobre o preço das fibras de piaçaba estarem baixo e o preço dos produtos aviados alto, aumentando sua dívida. O que demonstra a consciência daquele trabalhador extrativista frente à sua imobilização.

As denúncias verbalizadas e formalizadas ao Estado também podem ser interpretadas como mecanismos de resistências.

Participar de *unidades de mobilização* (ALMEIDA, 2006), tais como associações e cooperativas também compõe esse cenário de enfrentamento à imobilização, mesmo que de forma silenciosa. Isso porque as unidades de mobilização foram as que receberam as denúncias dos agentes sociais e levaram aos órgãos competentes.

A situação que desencadeou o Inquérito Civil instaurado pelo MPF foi a denúncia de alguém próximo dos *piaçabeiros*, mas de “fora” do município de Barcelos, com grau de afinidade e parentesco com famílias de extrativistas. As denúncias feitas por pessoas de “dentro” do município não obtiveram êxito, então foi preciso articular com alguém que morasse longe e pudesse ir pessoalmente ao MPF na capital do Estado. Considero isso como uma estratégia de enfrentamento e resistência sem que houvesse identificação para possíveis retaliações por parte de qualquer *patrão*.

É possível verificar a partir disso que os *piaçabeiros* não são agentes passivos diante da imobilização, da sua maneira, eles encontram meios de resistir.

Ao refletir sobre a subordinação na escravatura, na servidão e no sistema de castas em diferentes configurações, Scott (2013) atenta que os trabalhadores subordinados criam um “discurso oculto” das quais se traduzem em críticas ao sistema de dominação que institucionaliza a apropriação do trabalho, bens e serviços.

Para o autor, “o processo de dominação gera uma conduta pública hegemônica e um discurso de bastidores que consiste naquilo que não pode ser dito na face do poder” (SCOTT, 2013, p. 19).

A partir das lutas cotidianas e discretas, da qual o “discurso oculto” é construído, os grupos ditos subordinados enfrentam as formas de dominação, isso é o que Scott (2013) denomina de “insubordinação a infrapolítica dos oprimidos”, ou seja, práticas de dissimulação, fuga, táticas de lentidão no trabalho, dentre outras, de caráter proposital.

A designação “discurso público”, por outro lado, é utilizada por Scott (2013) para assinalar as relações explícitas entre “subordinados” e os “detentores do poder”. O “discurso público”, segundo o autor, dificilmente nos dá conta de tudo que acontece nas relações de poder, demonstrando certa representação, nos moldes teatrais, da realidade.

A gestão da impressão causada nos outros é uma das técnicas de sobrevivência dos “subordinados” nas relações de poder. Nesse sentido, Scott afirma que “o discurso público é um modelo de conduta indiferente à opinião individual dos subordinados” (SCOTT, 2013, p. 30).

Desse modo, ao colidir o “discurso oculto” e o “discurso público” o autor identifica as formas de resistências e também de subordinação de trabalhadores numa relação de poder.

As formas de resistências se traduzem em reações complexas. É num círculo social restrito que os chamados “subordinados” pelo autor encontram um refúgio parcial das humilhações da dominação e é nesse círculo que se forma o “discurso oculto”, da qual é possível falar, xingar e expor os descontentamentos sentidos.

Entretanto, há mais nas resistências do que criar um espaço restrito das quais os sentimentos podem ser ditos.

O boato, por exemplo, é uma forma considerada comum por Scott para indicar



uma agressão popular disfarçada, utilizada nos ataques dos subordinados aos seus “superiores”. Isso porque “a reputação de uma pessoa só pode ser prejudicada por histórias acerca da sua avareza, das palavras insultuosas que proferiu, das vigarices que fez” (SCOTT, 2013, p. 202), dentre outras ações que sejam reprovadas socialmente, mas não naturalizadas.

Boatos, rumores, resmungos e hostilidades pontuais proferidos pelos dominados são ações de *insubordinação ideológica* como afirma Scott. Outro modo dessa “insubordinação” é assumir a forma pública de elementos da cultura dita tradicional como ritos, danças, vestuário, contos populares e crenças.

Como formas de *resistências públicas* e declaradas estão: as petições, manifestações, boicotes, greves, ocupações de terras, rebeliões, afirmações públicas de dignidade através de gestos, indumentárias, discursos e /ou atentado explícito aos símbolos do estatuto dos grupos dominantes, da mesma maneira estão as *contra-ideologias* públicas de propagação de valores igualitários, revolucionários ou de negação da ideologia dominante.

Já como formas de *resistências disfarçadas* (ou *infrapolíticas*), estão: a caça furtiva, ocupações, deserção, evasão, lentidão no trabalho, apropriações sob disfarce, ameaças dissimuladas ou anônimas. Tais formas se expressam no cotidiano como o *discurso oculto* de raiva, agressão, histórias de vingança, boatos, criação de um espaço social autônomo para a afirmação da dignidade, no plano ideológico estão ainda as religiões populares, mitos de bandoleirismo social e de heróis populares.

Por outro lado, as formas de subordinação são perceptíveis tanto em situações públicas, quanto podem ser vistas em detalhes sutis, como os usos de formas linguísticas. Por exemplo, a elevação do tom de voz no final de uma oração confirmando a fala do agente “dominante”, ou casos de gaguez, desvios de conversas e até mesmo optar pelo silêncio.

As práticas de dominação são vistas a partir da apropriação da produção e da força de trabalho, humilhações, desfavorecimentos, insultos, ataques à dignidade e num plano ideológico, têm-se ainda, a justificativa da servidão, dos privilégios por parte dos grupos dominantes.

Viola Recasens (2008) faz um balanço crítico dos usos do conceito de *resistência* em James Scott, e atenta para não generalizar e banalizar o conteúdo semântico deste conceito para não confundir e colocar no mesmo plano a luta pela sobrevivência de vários povos com todo tipo de trivialidades como modas estéticas.

Uma das críticas de Viola Recasens à Scott consiste na interpretação das resistências como confirmação do fracasso dos sistemas de opressão. Isso porque em “A dominação e a arte da resistência”, Scott propõe que a resistência cotidiana, ou seja, a disfarçada, considerada pelo autor como infrapolítica, é uma companheira silenciosa de um modelo de resistência política, demonstrando por vezes mais representatividade e eficácia em uma relação de poder do que em um *discurso público*.

Para Viola Recasens (2008) os estudos de resistência em Scott se configuram como unidimensional e reducionista ao considerar estratégicos quaisquer intenções simples, como desejos, temores e projetos dos agentes sociais numa posição de subordinados.

Ademais, Viola Recasens (2008) ainda questiona o quão difícil para um pesquisador de campo registrar as formas ocultas de resistências já que elas aparecem em um *círculo restrito*, como aponta Scott (2013).

Nem tudo pode ser interpretado como atos conscientes de resistência, segundo Viola Recasens (2008), há situações que podem ser executadas como atos estritos de sobrevivência como furtos de caça ou evasão fiscal.

Diferente de Viola Recasens (2008), acredito que em uma situação de imobili-



zação da força de trabalho, sobreviver já é resistir, independente de intencionalidade política. Uma vez que os trabalhadores são considerados descartáveis, por vezes, numa relação de poder. É possível perceber isso nos piaçabais, quando um trabalhador é acometido por algum acidente, como picada de cobra ou corte de terçado, quando este não recebe o tratamento ou ajuda devida.

Viola Recasens (2008) aponta ainda problema referentes à escassez e dados empíricos para sustentar a ideia de Scott e por isso interpreta que é simplista a oposição que é feita entre “dominantes e dominados” numa relação de poder das quais as resistências são acionadas.

Tal oposição homogeneiza os conflitos internos de determinadas coletividades como homens e mulheres, anciãos e jovens, lutas por lideranças, dentre outros. Desse modo Viola Recasens (2008) assevera que nem todos de um determinado grupo possuem a mesma consciência política para resistir. Há uma realidade heterogênea que precisa ser levada em conta.

Neste sentido, conclui que:

Tratar de negar las divisiones y contradicciones internas en el seno de los colectivos subalternos y optar por aferrarnos a imágenes idealizadas de una resistencia tan monolítica como irreal no puede de apuntarnos una interpretación válida de los fenómenos sociales y políticos que estamos investigando. (VIOLA RECASENS, 2008, p. 81)

Já este ponto de Viola Recasens (2008) é oportuno para a compreensão e o cuidado para não tomarmos como coeso e homogêneo as posições dos agentes sobre as suas lutas sociais. Em cada coletividade há diferentes papéis, diferentes posições e até mesmo diferentes pontos de vistas sobre uma determinada situação.

O “aviamento” revestido de cooperativismo: o fetiche da delegação política

Uma das estratégias de *resistir* e enfrentar a imobilização da força de trabalho

nos piaçabais em Barcelos é a participação em unidades associativas, tais como associações e cooperativas, dentre elas estão a Associação Indígena de Barcelos – ASIBA e Cooperativa Mista Agroextrativista dos povos tradicionais do médio rio Negro – COMAGEPT, em outro plano está a Cooperativa de piaçabeiros do médio rio Negro – COOPIAÇAMARIN.

A partir do processo de judicialização referentes às denúncias de “trabalho análogo a de escravo” as associações e cooperativas existentes em Barcelos se reorganizaram para atender as novas demandas. Das três unidades associativas citadas acima, a COOPIAÇAMARIN foi a que mais sofreu alterações.

A ASIBA continuou seus trabalhos de cadastrar novos associados, encaminhar os agentes autodefinidos indígenas e reconhecidos pelo grupo como tal, independente de etnia, à FUNAI para solicitação do RANI. E em alguns casos recebeu denúncias e encaminhou aos órgãos competentes, assim como colaborou na medida do possível com informações do cenário do extrativismo no Inquérito Civil instaurado pelo MPT e MPT.

A COMAGEPT continuou os trabalhos de promoção de projetos agroextrativistas voltados aos cooperados para geração de renda.

E a COOPIAÇAMARIN, conhecida no município por ser uma “cooperativa de patrões”, já que esses agentes fundaram e ocupavam cargos de diretoria nesta unidade associativa, sofreu intervenções diretas do Estado, desde a mudança da diretoria, apesar de continuar presidindo um *patrão* – considerada provisória – até a estrutura física.

O lugar e as relações que pude notar maiores mudanças entre 2008 e 2017 foram na COOPIAÇAMARIN. Isso porque toda a antiga diretoria evadiu inclusive do ramo do comércio da piaçaba. Atualmente, essa cooperativa recebe apoio da prefeitura com um prédio para sede administrativa e uma funcionária que atua como secretá-



ria. Em sua estrutura física construída com alvenaria, existe um dos pontos de radiofonia da cidade, que é uma forma das comunidades entrarem em contato com a sede administrativa do município, que antes não existia.

O atual presidente é um dos comerciantes de piaçaba, que entrevistei, o Sr. “AB”, que aliás, gentilmente, abriu a cooperativa para ser rerepresentada. Assim, foi possível verificar não só o novo trabalho desta Cooperativa, que é o de cadastrar os *piaçabeiros*, encaminhar ao órgão de assistência social do município para que estes possam tirar documentos (caso não tenha, o que é frequente, como RG e CPF) e se cadastrarem junto ao IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas) para a solicitação do pagamento da subvenção quando possível, mas também pude entrevistar *piaçabeiros* que buscaram atendimentos a determinados serviços.

A secretária, a Sra. “P.A”, além de proceder ao cadastro e conferir a média de produção dos associados, orienta-os quanto aos seus direitos trabalhistas, tais como, subvenção e aposentadoria.

Desse modo, esta Cooperativa se configura mais como uma secretaria do município para assuntos relacionados aos *piaçabeiros*, do que uma unidade associativa cujo protagonismo é dos próprios cooperados. Apesar disso, nesse momento de reestruturação organizativa, tais ações se fazem oportunas para que estes agentes sociais possam acessar seus direitos básicos, como a emissão de documentos, subvenção de sua produção e aposentadoria.

As mudanças ocorridas nas estruturas organizativas se deram de fora para dentro, ou seja, a partir de uma pressão externa gerada pela recomendação do MPF e MPT e não porque os *piaçabeiros* tomaram para si tal responsabilidade.

Apesar disso, os *modus operandi* destas cooperativas ainda funcionam a partir do modelo do sistema de aviamento, da qual a liderança estaria para o “patrão”,

assim como o cooperado estaria para o “freguês”, neste plano das unidades associativas, se configura uma relação de mandatário e mandante do poder.

Bourdieu afirma que o ato de delegar poder a alguém merece uma reflexão. *Delegar*, segundo o autor, “é encarregar alguém de uma função, de uma missão, transmitindo-lhe o próprio poder que se tem” (BOURDIEU, 2004, p. 188).

Quando uma pessoa recebe os poderes de representação política de um coletivo, ela está revestida de um poder que excede a cada um dos mandantes, ou seja, aqueles que delegaram o poder.

Nesse caso, esses mandantes só existem coletivamente quando se mobilizam ou se equipam de instrumentos de representação, e a figura do “porta-voz” ou mandatário ratifica tal legitimidade, denotando a questão da tomada de consciência do grupo. Assim, a *delegação* é o ato da qual um determinado grupo se constitui e o mandatário torna-se capaz de agir como substituto deste grupo de mandantes.

Nesse sentido, Bourdieu assevera que “é o trabalho da delegação que se torna o princípio da alienação política” (BOURDIEU, 2004, p. 190).

Há uma contradição da monopolização da verdade coletiva que está na origem de todo o efeito da imposição simbólica, descrita por Bourdieu da seguinte maneira:

Eu sou o grupo, isto é, a coação coletiva, a coação do coletivo sobre cada membro, sou o coletivo feito homem e, simultaneamente, sou aquele que manipula o grupo em nome do próprio grupo. (BOURDIEU, 2004, p. 198)

Segundo Bourdieu (2004) quanto mais despossuídas as pessoas são, mais elas se veem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política.

A partir de observação direta durante os trabalhos de campo, pude notar que a *delegação* da representação política é almejada nas relações sociais que envolvem as estruturas organizativas das cooperativas em



Barcelos, se não fica no mesmo mandatário, fica no mesmo grupo político deste.

Quando a COOPIAÇAMARIN foi criada, por exemplo, um dos argumentos era de que pudesse falar pelos *piaçabeiros* frente ao Estado e demais agências. Inclusive esta mesma cooperativa organizou manifestações e passeatas em Barcelos contra a demarcação das terras indígenas neste município, mesmo sabendo que muitos *piaçabeiros* são indígenas, ou seja, a representatividade de “falar por” é vista aqui desde a criação dessa unidade associativa, substituindo a voz dos mandantes que o legitimam.

Outra percepção oportuna para a compreensão das relações objeto deste artigo, é que a partir de entrevistas com *piaçabeiros*, observei que a mobilidade social de “freguês” (trabalhador subordinado) à “patrãozinho” (pequeno comerciante de piaçaba, com pouco capital econômico) é ambicionada, embora poucos consigam.

Sair da imobilização da força de trabalho, nesse sentido, é aspirado por esses agentes sociais não para serem “livres” ou não terem mais dívidas, mas sim para se tornarem “patrões”. Como é possível ler no diálogo abaixo:

Como que foi para ocorrer essa mudança de você começar a comercializar ao invés de estar extraíndo?

MF: Foi assim que quando o meu pai inteirou mais idade que se aposentou a gente ficou na atividade aí eu disse, falei pro meu pai: “pai eu não vou trabalhar como o senhor trabalhava”, por que na época eu vou logo ser sincero, a condição nossa era bem pouco. Meu pai quase não teve condição de colocar a gente pra estudar até a gente terminar. Então, no meu limite de estudo foi até a sexta série, aí o meu pai não teve condições, a gente tinha que trabalhar para ajudar ele, a mãe, então a gente não estudou. Aí foi assim, eu trabalhei, trabalhei assim, com o patrão que era o A. P. (...) Como *piaçabeiro*, *extrativista*, trabalhava e me dava bem, eu pagava minhas contas, tirava saldo e eu fui comprando minhas coisas, fora do meu pai porque quando eu trabalhava com meu pai ... era tudo junto, aí já foi quando comprei minhas coisas

sozinho mesmo. Foi que construí família, aí eu vi assim um...aí eu falava pro seu A.P. “rapaz, eu tive um sonho de trabalhar assim com gente”, eu falava pro meu patrão, “será que dá?”, ele falou mesmo assim pra mim “É só tu ter responsabilidade e assumir teus compromisso exato” (“patrãozinho”, Barcelos, 2017).

O sistema de aviamento é um modelo econômico forte nas relações, mas isso não determina a cultura desses povos, ao invés da sua supressão têm-se visto a sua reprodução e ressignificação da qual oprimido quer estar no lugar do opressor.

Para alguns *piaçabeiros*, o problema não é o sistema de aviamento em si, já que estes agentes não conseguiriam um empréstimo formal em bancos para serem independentes, a questão é o preço que os *patrões* impõem a seus critérios arbitrários.

Nesse cenário, para esses agentes sociais, o único modo de eles conseguirem um adiantamento em dinheiro e mercadoria para ir à floresta extrair as fibras é tendo um “nome limpo” e “honra” frente aos *patrões* mediante o sistema de aviamento.

O “*piaçabeiro independente*” e os “*piaçabais livres*” como uma nova configuração no extrativismo da piaçaba

Durante o trabalho de campo em Barcelos em 2017, isto é, após as ações do processo de judicialização, estive diante do que pode ser apontado como o surgimento de uma nova configuração nas atividades extrativistas daquele município. Aquilo que os *piaçabeiros* indicaram como “um sonho” durante as atividades de pesquisa em 2007 estava se concretizando, qual seja: o “*piaçabal livre*” e a venda da produção de piaçaba para quem pagasse melhor aos *piaçabeiros*.

Como pode ser lido:

Piaçabal livre: “O sonho que a gente quer realizar é ter *piaçabal livre*, de poder entrar em qualquer igarapé, e extrair ela, a piaçaba. Vender para quem pague melhor, quem tem o melhor preço”. “Queremos comprar algumas coisas, que seja um motor, uma canoa, uma geladeira,

uma televisão. Temos um sonho de melhorar de vida”. “Queremos garantir a educação de nossos filhos”. “Queremos ter alimentação boa, medicamentos, assistência médica”. “Temos o sonho de nosso produto ter um preço mais valorizado e as mercadorias que a gente compra um preço mais barato”. (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2007)

Há vários fatores que contribuíram para que isso fosse parcialmente possível, dentre as quais: a arrecadação da Gleba Padauri pelo INCRA, a consciência de que estava sendo explorado com sua força de trabalho imobilizada pela dívida e a constituição das chamadas roças.

Identifiquei apenas quatro *piaçabeiros* que conseguiram eliminar a mediação do *patrão*. É o que eles próprios estão se designando como “piaçabeiro independente”.

O “piaçabeiro independente” é o trabalhador extrativista das fibras de piaçaba que sai à procura de um local na floresta propício para extrair as fibras de piaçaba e vende sua produção para quem apresentar uma melhor oferta. Esse agente social não necessita da mediação do *patrão* para realizar suas atividades extrativistas e assim não possui dívidas com este comerciante.

Outro elemento oportuno é que os dois “piaçabeiros independentes”, que entrevistei, admitiram que viviam em um “trabalho escravo” e por isso lutaram para sair dessa situação.

Um ponto em comum entre eles é que não vivem na cidade, mas sim em comunidades ao longo dos rios, assim não vivem exclusivamente da extração da piaçaba, como muitos outros, porém se auto-definem “piaçabeiros”.

Como apontado em Menezes (2014), a atividade extrativista da piaçaba apesar de poder ser realizada durante o ano todo, é exercida sazonalmente, na maioria das vezes, durante a época da cheia², que pos-

2. Período correspondente ao inverno amazônico, caracterizado pelo aumento do índice pluviométrico, já que as chuvas se tornam regulares aumentando o volume de água dos rios. Esse período tem duração de aproximadamente

sibilita o transporte das toneladas de fibras pelos rios e igarapés da região.

Nesse tempo em que não estão extraindo as fibras de piaçaba, os *piaçabeiros* realizam outras atividades. Na cidade, por exemplo, atuam como pedreiros, ajudantes de pedreiros, estivadores no porto, guias no turismo na temporada de pesca esportiva, e nas comunidades e povoados, trabalham nas roças, em pesca ou no extrativismo de outros recursos naturais, como castanha e sorva.

A dívida com o *patrão* permanece, que não é paga com dinheiro e sim com fibras de piaçaba, por mais que o *piaçabeiro* exerça outra atividade e ela lhe render financeiramente, tais recursos não serão aceitos para quitar as dívidas.

Há de se destacar também que dos quatro “piaçabeiros independentes” identificados durante o trabalho de campo, dois conseguiram suprimir a mediação do *patrão* com a intervenção do Estado a partir de alguns atos.

A partir de um termo de cooperação técnica, fruto de uma Recomendação do MPF, treze agências do Estado foram acionadas para promover políticas públicas que viabilizassem o enfraquecimento e a supressão do sistema de aviação. No âmbito das ações deste termo está o financiamento para que estes trabalhadores extrativistas possam se autopromover.

No final, entretanto, o *piaçabeiro* deixa de dever ao *patrão* para dever ao Estado, nesse caso representado por suas agências de fomento. Como pode ser lido no depoimento da Sr. “G. P”, gerente do IDAM-Barcelos.

No ano de 2015 nós tivemos três *piaçabeiros* que tiveram interesse de acessar o crédito para arcar com a sua própria viagem para o piaçabal ou ser mais independente. Dois estão pagando direitinho e estão *trabalhando independente* um aí se confundiu todo tropeçou e até então eu sei que ele está com dificuldade de reali-

te cinco meses que corresponde aos meses de abril até setembro.



zar o pagamento, ele não conseguiu se conduzir. (Gerente IDAM Barcelos, 2017)

Nesse caso, três piaçabeiros conseguiram acessar os créditos dessas agências de fomento, um não conseguiu pagar o empréstimo.

Dos quatro “piaçabeiros independentes” identificados no trabalho de campo, dois conseguiram, a partir do microcrédito fomentado pelo Estado, trabalhar de forma autônoma. Os outros dois conseguiram ser “independentes de patrão” sozinhos, sem a mediação do Estado ou quaisquer outras agências.

O Sr. A. C., por exemplo, indígena da etnia baré, associado da ASIBA, da comunidade Acucu no rio Padauri é um desses “piaçabeiros independentes”. Encontrei o Sr. A.C. na COOPIAÇAMARIN, na cidade de Barcelos. Ele foi tentar falar com a sua família pela Radiofonia desta Cooperativa e estava na cidade para receber um dinheiro proveniente da venda de piaçaba. Foi o primeiro *piaçabeiro* que tomei conhecimento por trabalhar de forma independente de patrão.

O diálogo abaixo demonstra como funciona o extrativismo sem a mediação do *patrão*, o *piaçabeiro* compra à vista com dinheiro todas as mercadorias que necessitará no período em que estará no piaçabal (localizado nas florestas do Rio Negro) para tanto é necessário que este calcule todos os gastos e o tempo estimado. Após a extração, esse trabalhador extrativista vende para qualquer *patrão* de piaçaba que passar pelo rio e oferecer um preço na sua produção, caso não passe, ou ele não aceite o preço, sua produção é guardada na sua casa para uma nova oportunidade com outro patrão ou com o mesmo, desde que a sua oferta seja melhor:

Sr. A. C.: É, eu sou independente, eu não tenho patrão. Eu trabalho, eu pego o meu produto, trago para casa, o que estiver faltando na minha cozinha eu compro, olha os meus filhos... essa minha filha agora vai se formar em Manaus, está até aqui ela, o que sobra eu vou juntando, juntando, até ter uma certa quantia para

cooperar para vir pra cidade, porque na cidade tudo é um pouco difícil, a pessoa tem que ajudar os filhos também, quem sabe mais tarde eles não podem me dar uma recompensação também, na minha velhice. Então eu sou independente, eu não trabalho com patrão.

– como é trabalhar independente?

Sr. “A. C.”: Independente é o seguinte: Quando passa um patrão, porque lá tem muitos que trabalham para o patrão, tem um filho meu, tem outras pessoas. O cara que trabalha com o patrão, aquele produto, quando ele constrói, vamos dizer, 10 toras de piaçaba, aí tem que guardar para o patrão poder comprar, que vendeu pra ele. Ele comprou fiado, então ele tem que pagar aquilo que ele pegou, que é para poder comprar outro mantimento pra ele. Quando ele já fica devendo, já fica mais ruim, já vai montando conta em cima de conta, aí já fica uma dificuldade pra ele, assim... como eu que trabalho independente não, se for pesar 10 toras de piaçaba, vamos supor, dá 500kg, ele paga a R\$ 3,00 dá R\$ 1.500,00, eu faço de todo o jeito, porque aí eu tenho que comprar gasolina, comprar óleo para o meu motor, eu tenho que comprar a alimentação dos meus filhos, da minha esposa, porque a mulher não é só comer e beber, tem que se vestir também, e eu não tenho essas condições de comprar lá (no piaçabal), porque lá tudo é mais difícil, então nós junta e quando é do tempo dela que ela vem, aí “está aqui, vai e comprar a tua roupa” (em Manaus). (Sr. A.C., etnia baré, piaçabeiro independente, Barcelos, 2017)

O Sr. A.C. ainda menciona a distinção entre um trabalhador independente e um trabalhador subordinado ao *patrão*. Nesse caso, o *piaçabeiro* subordinando já vai ao piaçabal endividado dificultando obter saldo, do mesmo modo este não pode oferecer sua produção para alguém que pague melhor, aquela produção já está comprometida, inclusive, ela nem pertence a quem a extraiu, e sim a quem a financiou.

Então a gente independente trabalha desse jeito porque gente que trabalha com patrão é o seguinte: tem que guardar aquele produto para chegar no patrão da gente, porque a gente já comprou mercadoria dele, então tem que pagar. Eu vou para o igarapé, nós temos um igarapé nós temos cinco igarapés: é o igarapé da comunidade, aí eu vou para lá. Vamos supor



se eu sair hoje dia 24, eu saio dia 24 e dia 24 do outro mês eu estou chegando aqui de novo na cidade, vamos supor, aquele meu rancho que eu já vendi o meu produto, aquilo já dá o suficiente para minha família e para eu levar também para o piaçabal, para se manter naqueles dias lá eu vou trabalhar lá, eu corto, e aí eu chego 2 horas, 3 horas no mato aí eu vou ter que fazer a minha comida e tal tudinho, aí eu vou trabalhar, vou ficar, vou cortar, amarrar, às vezes não dá tempo, às vezes ninguém tem comida, também não é sempre que tem comida, porque é muito difícil para a gente também, aí eu vou trabalhando assim e amarrando, quando terminar de fazer aquele meu produto eu vou fazer entre 10, 15 ou 20 toras, quando eu terminar de amarrar tudinho aí eu vou para o outro para boca do igarapé aí que eu vou gastar a gasolina porque fica longe, a gente fica o dia subindo o tempo subindo descendo e só com esse nosso preço de gasolina tá muito caro o litro da gasolina lá (no piaçabal) está R\$ 8,00.

– então o senhor saiu da comunidade, foi para o piaçabal, extraiu, voltou para comunidade...

Sr. “A. C.”: a gente volta para a comunidade, eu como não devo, a gente deixa lá em casa quando não tem ninguém para comprar, aí eu deixo para minha família.

Sr. “A. C.”: aí eu vendo e compro o meu rancho, assim que eu sou independente do patrão, antigamente não quando, eu tinha 9 filhos, eu nem dormir, eu dormia direito, eu saía para o piaçabal com um produto e deixava, aí quando era de noite eu já pegava o anzol e ia botar essas iscas para cá para botar para ali para arranjar rancho para deixar para semana, aí eu deixava aí e comprava, às vezes não tinha calção (bermuda) pronto, já comprava com outro patrão. Aí eu já estava devendo para um e para outro e era aquela maior arrumação, aí depois eu me desentendi. E outra que eu não tinha roça depois que eu construí roça as coisas melhoraram para mim, a gente pega dois paneiro de farinha e vende. Vende uma tapioca, vende um beijú. E aí melhorou. (Sr. A. C., piaçabeiro independente, etnia Baré, Comunidade Acuquaia, 2017)

Um dos elementos que contribuiu para que o Sr. A. C. conseguisse sair da imobilização da força de trabalho e ser “independente” foi a partir da constituição da sua “roça” na comunidade em que reside.

Isso permitiu que produzisse sua própria farinha e vendesse além deste produto, seus derivados, como tapioca e beijú.

Com o dinheiro da venda desses produtos, este *piaçabeiro* sustentava sua família e aos poucos conseguiu extrair as fibras, entregar para o *patrão* e não comprar mais nada deste para que não se endividasse novamente. Outra atitude foi não comprar nada fiado.

A Sra. “C. G.”, indígena da etnia baré, incentiva o seu esposo piaçabeiro a procurar outra atividade econômica ou trabalhar na extração de piaçaba, mas de forma independente:

Trabalhar por conta própria você compra a mercadoria, vê o dinheiro, sobe e vai trabalhar. Eu disse para o meu marido deixar a piaçaba mais de lado porque ela está muito baratinho, e vamos trabalhar com roça. (Sra. C. G. esposa de piaçabeiro, etnia baré, rio Aracá)

Conheci uma família de piaçabeiros da qual o pai trabalha de modo “independente”, entrevistei sua esposa, a Sra. “N.R” que contou como é “trabalhar independente” de patrão:

Sra. “N. R.”: Ele sai de casa, corta, vem pra cidade e vende.

– Então ele depende de algum patrão, de algum pequeno comerciante?

Sra. “N. R.”: Não. Só ele.

J.R. (piaçabeiro – filho): Ele vende direto (procomerciante exportador).

Sra. “N. R.”: Porque quando ele vende aqui (na cidade), ele já leva, já compra o rancho que ele leva pro sítio.

– E teu marido trabalha com mais alguém, por exemplo, tem algum piaçabeiro que entrega produção pra ele?

Sra. “N. R.”: Não, não.

– Então, ele não precisa se aviar?

Sra. “N. R.”: Não, porque nós não temos condições.

– Mas quem se avia é porque não tem condições é?

Sra. “N. R.”: Aqui só se avia quem tem condições. Aqui se for pra deixar fiado mais de um mês, eles não deixam não (se refere aos supermercados).



– Mas para os patrõeszinhos eles deixam?

Sra. “N. R.”: Para os patrõeszinhos eles deixam. É por isso que é mais coisa com eles. (...)

Sra. “N. R.”: É, porque ele trabalha pra ele mesmo, né.

O que motivou estes dois trabalhadores extrativistas a romperem com a mediação do patrão? A Sra. “N. R.” conta que a partir de uma situação de adversidade da qual uma cobra venenosa picou sua filha, então com sete anos, é que os pais resolveram sair dessa relação de aviamento, mas isso não foi fácil, visto que seu marido precisou remar por 30 dias para voltar ao piaçabal e quando chegou, toda sua produção havia sido roubada, ficando ainda com a dívida e o prejuízo naquela safra.

– Faz muito tempo que ele trabalha por conta própria?

Sra. “N. R.”: Não, ele trabalhava com um patrão. Quando a gente trabalhava assim, essa menina era pequena. Aí foi o tempo que eu tive essazinha que é deficiente da perna, a cobra mordeu ela, ela tinha 7 anos, nós trabalhava com o Sr. “P”, isso foi em 2004, a gente baixou e o rio estava seco, seco, seco, nós baixamos numa canoinha, nós tinha uma canoa grande. Na seca mesmo, porque no verão não entra barco pra lá. Aí secou e a nossa canoa ficou presa, meu esposo vinha numa rabetinha. Nesse tempo tinha o Hotel do Sr. Felipe, ela já estava com 5 dias... eles ajudaram muito a gente, eles foram buscar ela de avião, e eu vim com ela de avião, e o pai deles ficou com os outros dois filhos. Chegou aqui na cidade eu fiquei com ela 3 dias no hospital, ficamos sexta, sábado e domingo, quando foi segunda-feira me mandaram de barco para Manaus, e eu passei três meses com ela, e o meu esposo tinha deixado a piaçaba pra lá, porque não deu mais pra gente tirar, ele remou 30 dias pra chegar lá (voltar no piaçabal) a remo, e quando ele chegou, a produção de piaçaba dele, os outros roubaram. E ele disse que nunca mais, desde lá, nunca mais ele queria trabalhar assim. Eu fiquei três meses lá em Manaus, chegou aqui (sede de Barcelos) eu passei mais três meses indo pra hospital nos barquinhos, nas canoas, ele que faz a própria canoa, meu marido quem faz, ele vem nessas canoazinhas, e a gente trabalha assim, quando ele vai

pro piaçabal. As vezes ele tira piaçaba e precisa de um dinheirinho, ele vende para os meninos (seus filhos e genro eu também são piaçabeiros) porque a gente não pode dar né (risos) só mesmo para tirar um dinheiro pra comprar alguma coisa. E assim a gente vai se mantendo. E aí nunca mais ele quis trabalhar com o patrão assim direto, e hoje essa minha filha já está com 20 anos, mas quase ela morre, e desde lá, ele não quer ficar assim, nem no inverno, nem no verão. Foi assim a história. (Sra. “N.R” esposa de piaçabeiro independente, Barcelos, 2017)

Já o Sr. “A. C.” contou que quando chegou sua velhice, olhou para trás e percebeu que não havia construído nada de bens materiais, apenas dívidas. Assim, entendeu que vivia numa situação de escravidão e procurou outros meios de sobrevivência, mas só após quitar suas dívidas.

Nas duas situações narradas a consciência de estar sendo explorado a partir de uma situação de infortúnio é observada.

Um dos elementos que permitiu a viabilização desse agente social “o piaçabeiro independente” foi a arrecadação da Gleba Padauri pelo INCRA, isso porque em Barcelos, até alguns anos atrás, cada igarapé possuía um *patrão* que se intitulasse dono.

A partir disso, só entrava no igarapé quem tivesse a autorização deste *patrão*, a maioria das vezes, entravam apenas seus “fregueses”. Quando outro *piaçabeiro* entrava em algum igarapé para extrair as fibras de piaçaba, ou ele era expulso ou precisava pagar uma espécie de “arrendamento” por utilizar o piaçabal.

“Muitas vezes, depois de um grupo limpar o igarapé, abrir os caminhos, chega alguém falando que o igarapé tem dono” afirmaram os *piaçabeiros* em 2007 durante a oficina de mapas no âmbito do PNCSA para a publicação de um fascículo sobre o tema.

Ao arrecadar as terras, foi divulgado amplamente no município de Barcelos que não havia *patrões* “donos” de igarapés, visto que: a) todo lago, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu do-



mínio são bens da União, como apontado no Capítulo II, artigo 20 da Constituição Federal de 1988; b) os terrenos só seriam propriedades daqueles que possuíam o título definitivo, o que não era o caso dos patrões que se intitulavam donos.

Isso permitiu o conhecimento de que não havia donos e o encorajamento aos *piçabeiros* a entrarem nos piçabais e realizarem suas atividades extrativistas.

Considerações

As relações sociais entre os “piçabeiros” e os comerciantes designados como “patrões” no médio rio Negro, não remetem apenas a uma relação econômica, trata-se de uma questão situada historicamente pela imobilização da força de trabalho que leva a uma relação de submissão a partir de uma *dívida* instaurada, reforçada inclusive por questões morais.

Uma das estratégias de *resistir* e enfrentar a imobilização da força de trabalho nos piçabais em Barcelos é a participação em unidades associativas, tais como associações e cooperativas, dentre elas estão a ASIBA e COMAGEPT.

Apesar disso, o *modus operandi* de algumas cooperativas ainda funciona a partir do modelo do sistema de aviamento, da qual a liderança estaria para o “patrão”, assim como o cooperado estaria para o “freguês”, neste plano das unidades associativas, se configura uma relação de mandatário e mandante do poder.

A *delegação* da representação política é almejada nas relações sociais que envolvem as estruturas organizativas das cooperativas em Barcelos, se não fica no mesmo mandatário, fica no mesmo grupo político deste.

Foi possível identificar quatro “piçabeiros” em 2017 que conseguiram eliminar a mediação do patrão. São os autodefinidos “piçabeiros independentes”.

O “piçabeiro independente” é o trabalhador extrativista das fibras de piçaba que extrai as fibras de piçaba e vende

sua produção para quem apresentar uma melhor oferta.

Há vários fatores que contribuíram para que isso fosse parcialmente possível, dentre as quais: a arrecadação da Gleba Padauri pelo INCRA, a consciência de que estava sendo explorado com sua força de trabalho imobilizada pela dívida e a constituição das chamadas roças.

Os efeitos sociais do processo de *judicialização* das relações de trabalho nas unidades de produção analisadas também foram oportunos para a concretização dessas experiências.

Tem-se visto com isso uma força mobilizadora e uma consciência política para enfrentar séculos de imobilização da força de trabalho e a moralidade da dívida, não de forma abrupta, mas através de um processo de *resistência* e enfrentamento, que pode ser uma resposta ao sistema de aviamento.

Com esse panorama, o sistema de aviamento ainda não foi suprimido, para isso acontecer é necessário que haja uma consciência política de dentro para fora e não o contrário, entretanto, ao existir os “piçabeiros independentes” é possível verificar tal consciência surgindo e a mediação exercida pelos *patrões* no extrativismo da piçaba podendo ser enfraquecida.

Referências

ALBUQUERQUE, Martinho. A extração da piçava na região de Barcelos. In: ALMEIDA, A. W. (Org.). **Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro**. Manaus: UEA Edições, 2010.

ALMEIDA, Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas**: Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”. Manaus, PPGSCA-UFAM, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Tí-



tulo III, capítulo II, artigo 20. São bens da União. Brasília, outubro de 1988.

MEIRA, Márcio. **O tempo dos patrões: extrativismo da piaçava entre os índios do Rio Xié (alto Rio negro)**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 1993.

MENEZES, Elieyd Sousa de. **Os piaçabeiros no médio rio Negro: identidade étnica e conflitos territoriais**. Brasília: Paralelo 15, 2014.

MENEZES, Elieyd Sousa de. **Relações sociais, processos de dominação e estratégias de enfrentamento no sistema de aviamento em Barcelos-AM**. (Tese de Doutorado), Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2019.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Piaçabeiros do Rio Aracá – Barcelos**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2007.

PERES, Sidnei. A economia moral do extrativismo no Médio Rio Negro: aviamento, alteridade e relações interétnicas na Amazônia. **Antropolítica**. n° 21, Niterói, EdUFF, p. 151-170, 2006.

REIS, Lilia Maria de Oliveira. **Os piaçabeiros de Barcelos: história de vida e trabalho**. 238 (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**. Lisboa: Livraria Terra Livre, 2013.

VIOLA RECASENS, ANDREU. Usos y abusos del concepto de resistencia – Um balance crítico del debate em torno a la obra de James Scott. In: JAVIER LAVIÑA, Gemma Orobítz (coord.). **Resistencia y territorialidad: Culturas indígenas y afroamericanas**. Barcelona: Publicaciones i edicions de la Universitat de Barcelona, 2008.

-----//-----

Abstract: The recent mobilizations listed by complaints concerning slave labor in production units called piaçabais in Barcelos-AM triggered a judi-

cialization process and a series of State acts. The extractivist workers of the piaçabais define themselves as piaçabeiros and are subordinate to the traders called patrões. The relationship between these two agents is based on a system of unequal exchanges that is characterized by the advance of goods on credit, known as “aviamento”, which immobilizes the piaçabeiro due to debt, degrading working conditions, exhausting work hours and restrictions on right to move. In addition to an economic debt imposed on these workers, there is also the morality of the debt, of which honor, guilt and stigmas act as instruments of domination. The mechanisms of resistance and coping that the piaçabeiros trigger, such as the fraud in the weight of production, the denunciations, the cultivation of roças, the disregard of stigmas and the participation in associative units, are used when these agents perceive their situation immobilization of the workforce. This awareness leads to the confrontation of centuries of this immobilization and has been seen with the experiences of the so-called “independent piaçabeiro” that is gradually eliminating the boss’s mediation in the extraction activities of piaçaba.

Keywords: Piaçabeiro; Aviamento; Resistance; Traditional populations.